



***DANÇA E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA:
JUVENTUDE, DIVERSIDADE E POSSIBILIDADES***

***DANZA Y EDUCACIÓN ANTIRRACISTA:
JUVENTUD, DIVERSIDAD Y POSIBILIDADES***

***DANCE AND ANTI-RACIST EDUCATION:
YOUTH, DIVERSITY AND POSSIBILITIES***

Camila Moura Cardilo¹

RESUMO

O artigo aborda uma discussão acerca do ensino de dança na escola e sua relação com a juventude, sobretudo no que se refere a educação antirracista e a diversidade. A dança, enquanto conteúdo curricular obrigatório da Arte e da Educação Física, tem responsabilidades nesse percurso. Pesquisou-se estudos já realizados, a legislação educacional e o Estatuto da Juventude. Além da pesquisa bibliográfica, o estudo apresenta um relato de experiência em dança com o movimento jazz, na rede Estadual do ensino médio em Belo Horizonte – MG. O objetivo foi identificar de que maneira o ensino de dança pode propôr experiências educativas, para a juventude contemporânea, envolvendo uma educação antirracista e que valorize a diversidade. Concluiu-se que o ensino de dança precisa ser inclusivo e motivar os(as) educandos(as); dialogar com a realidade, promover descobertas, valorizar diferentes capacidades e intensificar sonhos.

PALAVRAS-CHAVES: Dança. Educação antirracista. Juventude. Diversidade.

¹ Mestranda do Programa de pós-graduação em Educação e Formação Humana da Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte – MG, Brasil.

RESUMEN

El artículo aborda una discusión sobre la educación de la danza en la escuela y su relación con la juventud, especialmente en lo que respecta a la educación antirracista y la diversidad. La danza, como contenido curricular obligatorio de Arte y Educación Física, tiene responsabilidades en este camino. Hemos investigado estudios ya realizados, legislación educativa y Estatuto de la Juventud. Además de la investigación bibliográfica, el estudio presenta un relato de la experiencia en danza con el movimiento jazz, en la red estatal de escuelas secundarias de Belo Horizonte – MG. El objetivo fue identificar cómo la educación en danza puede proponer experiencias educativas para la juventud contemporánea, involucrando una educación antirracista que valora la diversidad. Se concluyó que la educación en danza debe ser inclusiva y motivar a los estudiantes; dialogar con la realidad, promover descubrimientos, valorar las distintas capacidades e intensificar los sueños.

PALABRAS CLAVE: Danza. Educación antirracista. Juventud. Diversidad.

ABSTRACT

The article addresses a discussion about dance education in school and its relationship with youth, especially with regard to anti-racist education and diversity. Dance, as mandatory curriculum content for Art and Physical Education, has responsibilities in this path. We have researched studies already carried out, educational legislation and the Youth Statute. In addition to bibliographic research, the study presents an account of experience in dance with the jazz movement, in the state public system of high school in Belo Horizonte – MG. The objective was to identify how dance education can propose educational experiences for contemporary youth, involving an anti-racist education that values diversity. It was concluded that dance education needs to be inclusive and motivate the students; dialogue with reality, promote discoveries, value different capacities and intensify dreams.

KEYWORDS: Dance. Anti-racist education. Youth. Diversity.

* * *

O que eu consigo ver é só um terço do problema.

É o sistema que tem que mudar.

Não se pode parar de lutar, senão não muda.
A Juventude tem que estar afim, tem que se unir.
Chorão

Introdução

O ensino de dança é conteúdo obrigatório na educação básica e deve integrar os currículos da Arte e da Educação Física, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, nº9394/96). No entanto, alguns estudos apontam que a dança é pouco vivenciada nos espaços educativos e que prevalece apenas nos eventos e festas escolares. Alguns desses estudos, ainda defendem que a modalidade deveria ser disciplina e não simplesmente conteúdo, pelo seu caráter sensível, emancipador, cultural e diversificado. No Brasil, existem diversos cursos de Licenciatura em Dança mas, infelizmente, parece-nos que a formação superior expressiva e os estudos que comprovam a importância do ensino de dança não foram suficientes para que ela fosse mais valorizada enquanto prática educativa.

Embora tenhamos nos defrontado com esses empasses, a dança faz parte da história, das culturas e, sobretudo, da vida de muitos(as) jovens imersos nesse contexto educativo. Além disso, o ensino de dança pode ser uma possibilidade de se desenvolver uma educação inclusiva e transformadora, sendo a dança uma manifestação artística e cultural. Por isso, este estudo pretende responder o seguinte problema: de que maneira o ensino de dança pode propor experiências educativas para a juventude contemporânea envolvendo uma educação antirracista e que valorize a diversidade? Para tanto, iniciamos esta discussão abordando a realidade da dança na legislação e sobre qual papel teria a escola nesse percurso, bem como docentes envolvidos neste processo. Posteriormente, estabelecemos um diálogo sobre o significado da dança para a juventude contemporânea e a sua relação com a educação antirracista e a diversidade.

Por fim, o estudo apresenta um relato de experiência com a dança em uma escola da rede Estadual de ensino em Belo Horizonte – MG. Essa experiência foi vivenciada por mim, enquanto docente da disciplina Danças diversas nas turmas do ensino médio de horário integral. Na época, estávamos em 2018, ano de eleição presidencial no país. Foi um período agitado, no qual nos deparamos com uma crescente polarização de ideias e, nesse sentido, a escola sendo um espaço político e de discussão política, fazia

parte daquela agitação. No entanto, o momento nos permitiu conhecer os interesses e aflições existentes naqueles(as) jovens; o respeito uns com os outros embora tivessem opiniões distintas. Em meio ao caos que o país vivia nos encontramos com a diversidade, com a construção de ideias, com a valorização das diferentes potencialidades por meio da arte, da cultura e da dança.

Dança e educação: currículos e o papel da escola

O primeiro autor a falar sobre a dança educativa foi Rudolf Laban, na década de 1910, descreveu o movimento como uma obra construída no espaço que forma desenhos por meio dos ritmos traçados pelo corpo; mesmo que não tenha um som, é possível identificar a intensidade com que o corpo dança; ele ainda trouxe a pedagogia aspectos importantes em relação a expressão corporal (LOPES, 2008). O método Laban chegou no Brasil através de Maria Duschenes, em 1940, conectando o processo de ensino-aprendizagem às escolas e ações terapêuticas (NAVAS; DIAS, 1992, apud MARQUES 2011); trouxe-nos a primeira reflexão a respeito da dicotomia entre Arte e Educação ao destacar que as escolas não devem formar artistas, mas sim sujeitos livres, criativos e expressivos. Ou seja:

Consciente do poder do movimento e da dança na formação do caráter, da personalidade e da cidadania, Laban propõe, já no primeiro prefácio de Dança educativa moderna, em 1948, que a dança para alcançar seus objetivos de libertação e desenvolvimento humanos, deveria ser uma “dança livre”, ou ainda, uma “técnica de dança livre”. Buscava com isso diferenciar suas propostas das danças existentes na época, ou seja, do balé clássico e das danças de salão. (MARQUES, 2011, p. 280).

Em 1956, a dança é reconhecida no Brasil como área de conhecimento e cria-se o primeiro curso superior em Dança na Universidade Federal da Bahia (UFBA) mas, somente duas décadas após essa data, criam-se outros cursos de graduação em Dança no país (VIEIRA, 2017). Em 1996, com a LDB, foi garantido o ensino de Arte nas escolas e somente depois, em 1998, o ensino dessa disciplina passa a ser representado por diversas linguagens como música, dança, teatro e artes visuais (VIEIRA, 2019). Com as alterações na lei, a dança foi acrescentada como conteúdo curricular obrigatório na

educação básica e incluída nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), não somente da Arte mas, também, da Educação física.

Na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) a dança é tratada como prática pedagógica desde a educação infantil. No ensino fundamental, surge como uma das linguagens que deve ser desenvolvida na Arte e como unidade temática na Educação física:

A dança se constrói como prática artística pelo pensamento e sentimento do corpo, mediante a articulação dos processos cognitivos e das experiências sensíveis implicados no movimento dançado. Os processos de investigação e produção artística centram-se naquilo que ocorre no e pelo corpo, discutindo e significando relações entre corporeidade e produção estética. Ao articular os aspectos sensíveis, epistemológicos, e formais do movimento dançado ao seu próprio contexto, os alunos problematizam e transformam percepções acerca do corpo e da dança. [...] Como unidade temática “Danças” explora o conjunto das práticas corporais caracterizadas por movimentos rítmicos, organizados em passos e evoluções específicas, muitas vezes também integradas a coreografias. (BRASIL, 2018, p. 195-218).

No ensino médio, a dança também aparece como conteúdo das disciplinas descritas acima. Além disso, o documento sugere a possibilidade de ofertá-la como itinerário formativo tirando-lhe o caráter obrigatório. Nesse caso, a BNCC:

[...] prevê a oferta de vários itinerários formativos, seja para o aprofundamento acadêmico em uma ou mais áreas do conhecimento, seja para a formação técnica e profissional. Essa estrutura adota a flexibilidade como princípio de organização curricular, o que permite a construção de currículos e propostas pedagógicas que atendam mais adequadamente as especificidades locais e a multiplicidade de interesses dos estudantes, estimulando o exercício do protagonismo juvenil e fortalecendo o desenvolvimento de seus projetos de vida. (BRASIL, 2018, p. 468)

Entretanto, a questão da dança, e de qualquer outra possibilidade que seja colocada como itinerário formativo é saber se, de fato, ela atenderia as necessidades das(os) jovens. Como as escolas estão construindo esses itinerários? Existe uma participação discente? Como é colocada a formação profissional? Qual o valor atribuído às práticas corporais nessa etapa de aprendizagem? Em que medida a formação

profissional e a formação voltada às práticas corporais, culturais e/ou artísticas tem significado e sentido para essas(es) estudantes? Não pretendemos responder essas perguntas neste estudo, mas é fundamental estimularmos pesquisas futuras que problematizem essas questões.

Como docente de uma escola da rede Estadual do ensino médio, em Minas Gerais, fiz parte do projeto-piloto o qual implementava os itinerários formativos, no ano de 2018. Infelizmente, presenciei um significativo distanciamento de estudantes, sobretudo da formação profissional. As turmas que haviam iniciado com alto número de estudantes, terminavam o ano vazias. No entanto, relato aqui a minha experiência, não sendo foco deste estudo analisar a evasão escolar no que se refere a formação profissional. Porém, acreditamos na necessidade de produções de pesquisas que envolvam essa temática, considerando que muitos desses e dessas estudantes não possuem escolhas e acabam atendendo ao sistema capitalista o qual elimina os seus sonhos, capacidades e motivações. Por outro lado, durante a minha trajetória como aluna e professora da educação básica e, graças ao meu envolvimento profissional e afetivo com a dança, percebi uma certa dificuldade de docentes em desenvolver o conteúdo e um distanciamento de alunas e alunos quando a dança era a atividade proposta. De qualquer forma, tive minhas experiências no ambiente escolar, umas significativas e outras não. Contudo, percebemos que em estudos recentes, existe um certo esforço em ressignificar a dança, seja nos espaços educativos ou não. Assim é fundamental que sua prática seja repensada e que tenha um caráter humanizador e emancipador no contexto educacional; possibilite experiências que valorizem a diversidade, as culturas e as sensibilidades dos corpos envolvidos; permitam trocas de saberes, participação discente, liberdade de expressão, inclusão, autonomia e conscientização (FREIRE, 2018).

Diante das modificações expressivas na legislação e, sobretudo, da realidade atual do ensino médio é necessário discutirmos a presença da dança nos currículos e as possibilidades que o seu ensino pode oferecer a juventude contemporânea nos espaços educativos.

A juventude contemporânea e sua relação com a dança

Para Grinspun (2007) a juventude é um momento em que ocorrem diversas mudanças corporais, tanto físicas quanto psicológicas, e gera um estado de liberdade em

que tudo é permitido. Esta autora ainda afirma que, em determinado período da história, a juventude era dada como um problema social que envolvia o consumo de drogas, violência, gravidez precoce entre outros. Entretanto, o olhar para esses e essas jovens não era compreendido em toda sua inteireza para que pudéssemos repensar os caminhos da educação e das políticas públicas e, assim, contribuir para o desenvolvimento desses sujeitos. Assim, ao longo dos anos o olhar para juventude começou a se transformar, fazendo com que fossem implementadas políticas afirmativas e projetos que valorizassem a cultura, a sociabilidade e a inclusão dos(as) jovens na sociedade (VILUTIS, 2009).

Entretanto, Dayrell (2007) defende que as escolas ainda não consideram a condição juvenil, principalmente as instituições que atendem as classes populares. Tais espaços educativos ainda estão distantes dos interesses desses(as) jovens, oferecendo-lhes um cotidiano cansativo que gera pressão e pouco entusiasmo. Para o autor, a hipótese dessa crise tem relação com as mutações que vêm ocorrendo na sociedade ocidental e que atingem diretamente as instituições e os processos de socialização das novas gerações:

[...] mutações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho que, no Brasil, vem alterando as formas de inserção dos jovens no mercado, com uma expansão das taxas de desemprego aberto, com o dessalariamento e a geração de postos de trabalho precários, que atingem, principalmente, os jovens das camadas populares, delimitando o universo de suas experiências e seu campo de possibilidades. (p. 1108)

O Estatuto da juventude (Lei nº 12.852/2013) estabelece direitos básicos para que jovens entre 15 e 29 anos sejam mais visibilizados, acolhidos e respeitados pela sociedade. Além do direito à educação, a arte e a cultura, esses e essas jovens têm o direito a diversidade e a igualdade; não devem ser discriminados pelas suas raças, culturas, etnias, orientação sexual, religião, opinião, deficiência, entre outros. Nesse percurso, o poder público tem um papel fundamental de incentivar políticas públicas para que a juventude seja respeitada, amparada e valorizada. Além disso, é preciso reforçar a importância da emancipação desses(as) jovens para o futuro do país, permitindo – os(as) participar da vida em sociedade. Eles precisam expressar os seus

sonhos, refletirem sobre a realidade e a cidadania; serem agentes transformadores. Para que isso seja alcançado, uns dos deveres do poder público é promover a:

II – capacitação dos professores dos ensinos fundamental e médio para a aplicação das diretrizes curriculares nacionais no que se refere ao enfrentamento de todas as formas de discriminação; III – inclusão de temas sobre questões étnicas, raciais, de deficiência, de orientação sexual, de gênero e de violência doméstica [...]; V – inclusão, nos conteúdos curriculares, de informação sobre a discriminação na sociedade brasileira e sobre o direito de todos os grupos e indivíduos a tratamento igualitário a lei [...]. (p.29)

Diante disso, entendemos que os(as) docentes da educação básica, bem como as instituições de ensino, têm responsabilidades com a juventude que precisam ser, sempre, revistas na organização do plano pedagógico. A dança, por ser conteúdo obrigatório, faz parte desse universo. Na pesquisa intitulada “Os jovens e a dança nas aulas de educação física: um desvelar das culturas juvenis” (MENOTI, 2017) foi investigado o porquê de jovens alunos(as), especificamente nas aulas de Educação Física, participam pouco das aulas de dança sendo que ela faz parte das manifestações culturais desses(as) jovens e é vivenciada pela maior parte deles(as). No entanto, “apesar de haver diretrizes e currículos que orientam como deve acontecer o ensino de dança na escola, na realidade, ela está presente apenas como reprodução de coreografia” (MENOTI, 2017, p.22). Nesse sentido, a dança torna-se um mero conteúdo mecanizado, excludente e que não abre possibilidades para a criação e a interculturalidade. Sendo assim, poucos(as) jovens manifestam interesse pela prática, conforme o estudo citado. Isto, porque esses e essas jovens querem ser vistos como sujeitos capazes de criar, de desenvolver suas potencialidades; compartilhar os seus saberes e suas culturas.

Para Bourdieu (2003), a cultura é algo essencial para a educação, fator fundamental para o sucesso escolar, pois faz com que a(o) aluna(o) consiga ter mais compreensão e envolvimento com o que é proposto no âmbito educacional. Nesse sentido, alunos(as) com menor vivência cultural teriam mais dificuldades em desenvolver a aprendizagem:

As pesquisas sobre os estudantes das faculdades de letras tendem a mostrar que a parte do capital cultural que é a mais diretamente rentável na vida escolar é constituída

pelas informações sobre o mundo universitário e sobre os cursos, pela facilidade verbal e pela cultura livre adquirida nas experiências extraescolares.[...]Em todos os domínios da cultura, teatro, música, pintura, jazz, cinema, os acontecimentos dos estudantes são tão mais ricos e extensos quanto mais elevada é sua origem social. Mas é particularmente notável que a diferença entre os estudantes oriundos de meios diferentes seja tanto mais marcada quanto mais se afasta dos domínios diretamente controlados na escola[...]. (p.44-45)

Entretanto, no trecho citado acima, Bourdieu(2003) remete a cultura adquirida no espaço extraescolar, herdada pela família e conectada aos costumes. Para ele, um(a) jovem que teve um incentivo cultural desde a infância (seja na literatura, música, dança, entre outros) tende a ter um melhor desempenho escolar, independente da sua classe social. Neste caso, torna-se importante que a escola seja também um espaço cultural e que ofereça experiências diversificadas. Além disso, esses(as) jovens podem, também, agregar à escola, outros conhecimentos adquiridos em suas trajetórias extraescolares, como os vividos: em espaços urbanos, nas comunidades onde residem e no ambiente familiar. Tais conhecimentos podem ser significativos ou não, mas também podem ser trabalhados com criticidade, serem refletidos, discutidos e transformados. Assim, a escola tem um papel ainda maior: o de oferecer meios para que essas alunas e alunos possam desenvolver a consciência do mundo, deles mesmos e de tudo que os cercam. Desse modo, as diversas culturas podem ser compartilhadas, dialogadas e repensadas. Os habitus, como Bourdieu se refere às culturas herdadas e incorporadas pelo indivíduo, podem ser transformados ao longo da sua vida, pois são passíveis de reflexão e movimento; não são estáticos (LAHIRE, 2002). A partir disso, da vivência de novas experiências, os sujeitos podem incorporar outras percepções de mundo, outros saberes, outros costumes...

Nessa perspectiva, o ensino de dança é uma possibilidade de entrelaçamento e compartilhamento de culturas e saberes. Porém, de acordo com estudos aqui mencionados, parece estar distante dos jovens, especialmente dentro da escola. Penso também que, este fato, pode estar relacionado com a dificuldade de as instituições de ensino lidarem com a inclusão. O ensino de dança, mecanizado e excludente, valoriza aqueles que têm um certo domínio e prazer pelo movimento e se esquece daqueles que

não tiveram ou não têm uma experiência extraescolar com a modalidade. Por isso, a proposta de uma dança educativa deveria ser outra, pois

[...] quando a dança encontra a educação, além das possíveis abordagens psicológicas, estéticas, poéticas, terapêuticas ou motoras, traz consigo um forte potencial crítico e formativo, dando origem a formas sutis de contestação e resistência social [...] problematizar essa realidade em busca de outras formas de sentir-se corpo, apresenta-se como um interessante horizonte educacional, um objetivo pedagógico que poderia sugerir métodos modestos, mas concretos, de resistência cultural. (PERETTA, 2019, p.378)

Outros estudos ainda apontam que, grande parte dos(as) discentes da Arte e da Educação Física, não possuem experiências com a dança enquanto arte e cultura e, com isso, apresentam desinteresse em desenvolver o conteúdo. No entanto, a dança deve abrir caminhos para desenvolver a cultura, a arte e os saberes de maneira que inclua todas e todos estudantes a fim de experienciá-la de forma diversificada considerando as capacidades, as dificuldades e as especificidades de cada um(a). A seguir, discutiremos sobre o ensino de dança e o seu papel na educação antirracista.

Educação antirracista e diversidade: qual o papel do ensino de dança?

De acordo com a lei nº11645/2008 a educação para as relações étnicos raciais deve fazer parte dos currículos, sobretudo discutir a cultura negra e indígena na formação da sociedade nacional, principalmente nas disciplinas arte, história e literatura. Dessa maneira, a dança educativa deve ampliar possibilidades que considere, além dos conhecimentos trazidos pelas alunas e alunos, histórias que permeiam diferentes culturas e que possam abrir caminhos para uma educação antirracista; que valorize e reconheça as diferentes culturas e sua relação com a identidade de jovens, com os movimentos sociais e com a representatividade dos povos. No entanto, para Nilma Lino Gomes (2012):

O fato da questão racial no currículo e as mudanças advinhas da obrigatoriedade do ensino de história da África e das culturas afro-brasileiras nos currículos das escolas da

educação básica só poderão ser considerados como um dos passos no processo de ruptura epistemológica e cultural na educação brasileira se esses não forem confundidos com “novos conteúdos escolares a serem inseridos” ou como mais uma disciplina. Trata-se, na realidade de uma mudança estrutural, conceitual, epistemológica e política. (p.106)

Com isso, compreendemos que a educação antirracista deve fazer parte do cotidiano escolar e não ser apenas discutida como conteúdo ou revelada em eventos escolares. Para Muniz Sodré (2012) é tempo de transformações, reeducação, entrelaçamento de culturas, costumes e saberes. Para isso, é preciso ensinarmos aos nossos alunos e alunas a lerem a realidade de forma crítica:

[...] descolonizar o processo educacional significa liberá-lo, ou emancipá-lo, do monismo ocidentalista que reduz todas as possibilidades de saber e de enunciação da verdade[...]. Esse movimento traz consigo igualmente a descolonização da crítica, ou seja, a desconstrução da crença intelectualista de que a consciência crítica é apanágio exclusivo do letrado ou de que caberia a este último iluminar criticamente o outro. (SODRÉ, 2012, p. 19)

De fato, a sociedade ainda elimina muitas culturas, tradições e saberes antepassados. Com isso, perdemos possibilidades de evoluir e de reconhecer igualmente a diversidade de saberes (SODRÉ, 2012). O conhecimento não deve ser único e imutável. Em contraposição, deve propor diálogo, criticidade e mudanças (FREIRE, 1983).

Nesse contexto, desenvolver uma educação antirracista dentro da escola é abrir espaços para debates, construções de conhecimentos, promoção de práticas inclusivas e afirmativas que estimulem a reflexão sobre os padrões e pensamentos únicos. Assim, o respeito, a valorização e o diálogo são aportes importantes nesta jornada. Compreendemos então, que o ensino de dança é conteúdo obrigatório da Arte e tem responsabilidades nesse percurso. Não somente por isso, mas por fazer parte do espaço da escola se tornar um “lugar”, uma possibilidade para o desenvolvimento de práticas pedagógicas antirracistas e inclusivas pelo seu caráter libertador, ancestral, cultural, diversificado e educativo.

Assim, a dança faz parte da nossa história e culturas; ela integra a vida desses e dessas jovens, principalmente nos momentos de lazer. Nessa perspectiva a dança não se apresenta apenas como um lugar de movimento corporal, mas também um lugar de diálogos, manifestações e construções de saberes. Entrelaçar a diversidade da dança nos processos educativos é dar lugar a fala, a discussão e a criação. O corpo que fala, sente e percebe torna-se um corpo motivado a expressar suas ideias e a participar das atividades propostas. Ele se torna um corpo interessado.

Nesse sentido, a dança também se torna um lugar de múltiplos saberes, diálogo e conscientização. Por meio dela, podemos desenvolver práticas educativas que valorizem a juventude, suas percepções e desejos; ela deve ser um lugar de discussão e disseminação das políticas afirmativas e inclusivas, um lugar de (des)construção cultural e transformação de ideias.

O “movimento jazz”: um relato de experiência com o ensino médio

Diante das discussões apresentadas até aqui, pretendo relatar um pouco mais sobre a minha experiência como docente do ensino médio, na rede Estadual de Minas Gerais, e problematizar algumas questões que acredito serem relevantes para refletirmos sobre a educação antirracista e o papel do ensino da arte e da cultura nesse percurso. Na época, o intuito foi desenvolver uma proposta de dança, que envolvesse e valorizasse a cultura negra, trabalhando o movimento jazz em sala de aula e nos espaços da escola.

Segundo Hobsbawm (1990), o jazz é resultado de encontros culturais entre negros e brancos, provenientes da tradição espanhola, francesa e anglo-saxã; se concretizou por volta de 1900, manifestando-se como música popular negra, predominantemente, na América do Norte. Embora tenha suas raízes africanas, o ritmo chega no Brasil influenciado pela elite urbana formando os primeiros grupos musicais por volta de 1920, nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo (GILLER, 2018):

El jazz en Brasil fue el mismo jazz popularizado en Europa y en las Américas, una música de salón destinada a la danza, donde las bandas ejecutaban repertorios que presentaban ritmos animados por géneros básicamente norteamericanos como one-step, foxtrot, charleston y shimmy. Estos géneros novedosos fueron agregados al repertorio musical de los grupos, repertorio que estaba esencialmente formado por música brasileña, incluyendo géneros como maxixe, samba, marcha y choro. (p. 36)

Além da trajetória do jazz e sua estreita ligação com a diversidade cultural e social, a motivação em desenvolver práticas educativas nessa temática, partiu também pela existência de um festival que ocorre de forma gratuita, anualmente, na cidade de Belo Horizonte-MG: o I love jazz .

O primeiro encontro...

Inicialmente, assistimos um vídeo referente a um evento que ocorre em Paris, chamado Jazz Roots . Ele é representado por um aglomerado de pessoas, que dançam livremente ao som da banda. Nesse momento, a dança improvisada e livre chamava a atenção dos(as) educandos(as) que diziam frases, como: “que legal”, “olha como o cara dança”, “doido demais”, “maneiro” e etc.

Nota-se que um simples vídeo, que expressou liberdade, estimulou o interesse desses(as) estudantes. Após o vídeo, abrimos uma roda de conversa para que eu, também, pudesse ouvi-los(as). Durante o diálogo a palavra diversidade poderia resumir a discussão. Eles e elas ficaram encantados com as pessoas que dançavam, expressavam suas vontades e desejos por meio do corpo, da música e da dança. Posteriormente, falamos sobre a história do jazz; o seu surgimento, desenvolvimento e significado na cultura negra e afro-americana; sua chegada ao Brasil e os eventos relacionados; sua relação com outras danças, com a periferia brasileira; sobre a importância do movimento, do sentir, criar e expressar.

Além dessas questões, outro fato importante foi o desconhecimento das(os) discentes a respeito do Jazz e do evento I love Jazz em Belo Horizonte-MG. Embora ele seja gratuito, percebemos que alcança minimamente as classes periféricas da cidade, tampouco jovens. Fica evidente o quanto esses(as) jovens são afastados das práticas culturais urbanas, o quanto são distanciados dos eventos culturais, mesmo que a cidade ofereça-o gratuitamente. Assim, a elite continua sendo beneficiada e, de certa forma, separada das classes populares.

Parece-nos que, talvez, haja planejamento e intencionalidade para que a divulgação desses eventos não chegue até a periferia. Assim, é fundamental que professoras e professores dialoguem sobre o desenvolvimento da arte e da cultura nos espaços da cidade, extraescolares, e incentivem a participação dessas e desses jovens nos eventos culturais. Esses sujeitos precisam ocupar esses espaços da cidade, de forma significativa

e consciente, pois também são sujeitos de direito à arte e a cultura. No entanto, sabemos que a escola não dá conta de atender todas essas demandas sozinha e que, além dessa discussão, é preciso também que tenham ações políticas que estimulem a participação da juventude que, principalmente, se encontram nas camadas populares e em meio a vulnerabilidade social.

O segundo encontro...

Na segunda aula, demos continuidade ao tema. Iniciamos com um aquecimento corporal, como de costume. Posteriormente, propus uma construção da dança ao ritmo jazz, inspirada no vídeo que tínhamos assistido na aula passada. Simulamos o aglomerado, e duplas dançavam ao centro, livremente. Cada dupla se movimentava espontaneamente e, no momento da troca, cada aluno(a) escolhia alguém do aglomerado para ocupar o centro do espaço. Foi um momento muito enriquecedor o qual manifestou-se a criatividade, a sensibilidade e a ludicidade daqueles e daquelas jovens.

A partir dessa proposta, alguns alunos e alunas da turma, sugeriram que fizéssemos um festival na escola, com toda a comunidade escolar. De forma democrática, a turma escolheu um nome para o evento, intitulado: Batalha de danças. No entanto, não seria uma disputa, mas um estímulo para a participação de todos; um nome que, de certa forma, chamasse a atenção da comunidade escolar. Criamos o evento e separamos a turma em três grupos, com funções diversificadas: G1) seriam dançarinos(as) e fariam uma apresentação no evento; G2) responsáveis pela divulgação e registro do evento; G3) responsáveis pela organização/ produção dos(as) dançarinos(as) e suporte. Dessa maneira, foi possível incluir todos e todas da turma, mesmo aqueles que não se sentiam a vontade em dançar.

Nesse momento, algo chamou-me atenção. Para a apresentação, dos(as) sete discentes que se dispuseram dançar na apresentação, apenas duas eram meninas, sendo o restante meninos. Embora estejamos falando de uma escola e um contexto específico, é muito significativo perceber o quanto a sociedade e os costumes podem mudar ao longo do tempo. No caso, a dança ali proposta foi menos aderida pelas meninas e mais valorizada pelos meninos. Por muitos anos, a dança foi colocada como algo feminino, excluindo e discriminando a prática masculina. Em meus cotidianos escolares enquanto estudante e educadora, bem como em outros estudos sobre dança e educação, é sabido

que isso ainda ocorre, mas, ao mesmo tempo, percebo mudanças e movimentos que demonstram desconstruir práticas machistas, enraizadas em nossa sociedade.

Esta sociedade padronizada, marcada por práticas machistas e excludentes, muitas vezes, destrói sonhos, possibilidades e afetos. Na escola, em um período retrógrado, alunos que dançavam eram mal vistos, criticados e alvo de perseguições. Percebemos que, hoje, esse aspecto vem se modificando e que, já não há algo feminino ou masculino, e que todas e todos têm o direito de ser quem quiser ser; de manifestar os seus desejos e opiniões perante uma sociedade que carrega tantos traços opressores. Nessa perspectiva, uma educação que desenvolve a conscientização, as manifestações, as reivindicações de políticas afirmativas possibilita o “fazer diferente” e o “mudar a história”. Para tanto, daremos continuidade ao relato de experiência contando agora sobre o dia da apresentação organizado pela turma da escola, a seguir.

Jazz na escola: a “Batalha de danças”

Finalmente, o dia do evento. A escola parou, era intervalo e todos ali queriam ver as apresentações, as danças. Muitas alunas e alunos, de forma individual ou coletiva, se inscreveram. No pátio haviam discentes, docentes e funcionários da escola. Nos deparamos com diversas manifestações de culturas, saberes, movimentos, percepções e interesses. Embora, cada corpo ali tivesse a sua especificidade, a sua opinião e o seu desejo, todos(as) estavam envolvidos pela dança. Nos espaços da escola, as(os) estudantes haviam anexado cartazes de divulgação e sobre a história do Jazz. Os grupos de jovens se preparavam para a apresentação, em uma ajuda mútua entre trocas de roupas, penteados, maquiagem e etc. Uns emprestavam adereços aos colegas, outros ofereciam palavras de apoio para reduzir o nervosismo e a ansiedade antes da apresentação.

Em parceria com outra disciplina, tivemos a participação da rádio da escola para que o evento pudesse ter um suporte de som. A proposta de aula, deixou de ser somente aula e restrita a sala de aula, ocupando outros espaços e alcançando toda a comunidade escolar; possibilitou uma experiência em dança a todas e todos; permitiu a construção de olhares, saberes e sonhos; contribuiu para intensificar a importância de respeitar e valorizar a diversidade em uma sociedade que ainda se mostra racista, desumana e intolerante. Por fim, a “batalha de danças” foi um sucesso! Reuniu pessoas, afetos, diferenças e aplausos.

Conclusão

Ao longo desta pesquisa foi possível perceber três pontos importantes sobre a dança na escola: o primeiro, que ela faz parte da legislação e deve ser experienciada; o segundo, que ela é arte e cultura pertencente também a vida e ao direito dessas e desses jovens; o terceiro, que ela é um lugar e uma possibilidade de discussão e práticas antirracistas, um espaço múltiplo de conscientização e diversidade.

Nesse sentido, de que maneira o ensino de dança pode propor experiências educativas, para a juventude contemporânea, envolvendo uma educação antirracista e que valorize a diversidade? Entendemos que, para o ensino de dança alcançar a juventude contemporânea deve, essencialmente, dialogar com a juventude, promover descobertas, valorizar diferentes capacidades e intensificar os sonhos desses sujeitos. No entanto, não precisa envolver unicamente práticas de movimentos corporais, mas fazer com que esses movimentos corporais mobilizem a escola, as ideias, os saberes e as diversas culturas. Além disso, é preciso que estimule e motive os(as) educandos(as), mesmo aqueles(as) que não têm afinidade pela dança, mas que possam se expressar através dela, e da participação interessada. Assim, ela deve incluir e (re)unir esses(as) jovens com os(as) outros(as), com as diversas culturas e com a escola; ampliando também um olhar crítico e atento ao mundo e à sociedade.

Referências

BOURDIEU, P. A escola conservadora : as desigualdades frente à escola e à cultura. In: Bourdieu, P. Escritos de Educação. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 39-64.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf. Acesso em: 5 de Dez 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares nacionais: Arte, 1998a.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/arte.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares nacionais: Educação Física, 1998b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/fisica.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2017.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de Março 2008. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10101-lei-11645-10-03-2008&Itemid=30192. Acesso em: 5 de Dez. 2020.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de Agosto de 2013. Estatuto da Juventude. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/509232/001032616.pdf>. Acesso em: 5 de Dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: educação é a base, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 13 de Nov. 2020.

DAYRELL, J. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. In: Educação e Sociedade, v.28, n.100, 2007, p.1105-1128.

FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação [tradução de Rosisca Darcy; prefácio de Jacques Conchol]. 7.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 93p.

_____. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática pedagógica. 57. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018. 143p.

GILLER, Marília. Breve panorama histórico del Jazz em Brasil. Revista Musical Chilena, v.72, n. 229, p. 33-56, 2018. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0716-27902018000100033&lng=es&nrm=iso&tlng=en. Acesso em: 20 de nov. 2020.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, Educação e Descolonização dos currículos. Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, p. 98-109, Jan/Abr 2012. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/gomes.pdf>. Acesso em: 1 de out. 2020.

GRINSPUN, Miriam. Juventude: uma luz que transcende o olhar. Rio de Janeiro: 7 letras, 2007. 88p.

HOBBSAWM, Eric J. História social do Jazz [Tradução Angela Noronha]. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1990. 380p.

LABAN, Rudolf. Dança educativa moderna. São Paulo: Ícone, 1990. 128p.

LABAN, Rudolf. Domínio do movimento. Edição organizada por Lisa Uilmann [tradução: Anna Maria Barros de Vecchi e Maria Silvia Mourão Netto; revisão técnica: Anna Maria Barros de Vecchi]. São paulo: Summus, 1978. 272p.

LAHIRE, Bernard. Reprodução ou prolongamentos críticos? Revista Educação e Sociedade, v.23, n.78, p.37-55, abril/2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v23n78/a04v2378.pdf>. Acesso em: 30 de out. 2020.

LOPES, Joana. Dançando na escola: reflexões com Paulo Freire. Revista Múltiplas Leituras, v.1, n. 2, p. 76-81, jul. / dez, 2008. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ML/article/view/1628>. Acesso: em 20 jun. 2019.

MARQUES, Isabel. Revisitando a dança educativa moderna de Rudolf Laban. Sala preta, n 2, p.273-281, 2011. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/salapreta/article/view/57104/60092>. Acesso em: 20 Mai. 2020.

MENOTI, Joyce Cristina Claro. Os jovens e a dança nas aulas de Educação física: um desvelar das culturas juvenis. 2017. 147f. Dissertação (Mestrado em educação) – Faculdade de Ciências e tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Presidente

Prudente, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/150573>.

Acesso em: 29 de Abr. 2020.

PERETTA, Eden Silva. Presença e inacabamento: aproximações entre dança e o pensamento crítico de Paulo Freire. *Urdimento – Revista de Estudos em Artes Cênicas*, Florianópolis, v.3, n.36, 2019. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/urdimento/article/view/15807>. Acesso em: 7 de Mai. 2020.

SODRÉ, Muniz. Cultura e Educação. In: *Reinventando a Educação: diversidade, descolonização e redes*. Petrópolis: RJ, 2012. p. 15 – 72.

VIEIRA, Marcílio de Souza. História das ideias do ensino da dança na educação brasileira (Parte II). In: *IX REUNIÃO CIENTÍFICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARTES CÊNICAS*, v. 18, n.1, 2017. Anais eletrônico. Disponível em: <https://www.publionline.iar.unicamp.br/index.php/abrace/article/view/969/1250>. Acesso em: 22 de Mai. 2020.

VIEIRA, Marcílio de Souza. História das ideias do ensino da dança na educação brasileira. 1 ed. Curitiba: Appris, 2019. 183p.

VILUTIS, Luana. Cultura e Juventude: a formação dos jovens nos pontos de cultura. 2009. 192f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-23092009-132908/publico/Dissertacao_LuanaVilutis.pdf. Acesso em: 30 de out. 2020.

Recebido em janeiro de 2021.

Aprovado em dezembro de 2021.